



A República no Brasil foi marcada por inúmeras manifestações sociais desde seu início, contrárias às ações governamentais autoritárias e arbitrárias, que atendiam aos interesses das elites econômicas do país. Apesar de republicanismo aos moldes americano e francês, as práticas políticas no Brasil consolidaram o enorme abismo social entre os diversos segmentos socioeconômicos nacionais. No entanto, as lutas sociais, feitas nas formas de levantes, revoltas, greves, organização partidária, sindical etc., evidenciaram a capacidade de resistência e pressão política das massas, diante do abuso de poder da administração pública. A violência com que eram reprimidas pelas forças policiais do governo não conseguiu silenciar o surgimento de novas frentes dos movimentos sociais.

Até a Revolução de 1930, e mesmo durante os governos de Getúlio Vargas, a participação política ativa das massas era quase inexistente. Isso porque, superado o senso econômico da constituição de 1824, as constituições republicanas instauraram e mantiveram até 1988 a alfabetização como requisito mínimo do eleitor. Nesse tempo, mesmo na metade do século XX, a população eleitoral era restrita numericamente e urbana. Assim, as mudanças sociais demandadas pelos grupos mais populares apenas seriam possíveis através de pressões junto ao governo.

As primeiras leis que pretendiam a

regularização do trabalho assalariado ocorreu nas primeiras décadas da República, porém, tiveram caráter restritivo e urbano, atendendo a poucas categorias de profissionais. As reformas legislativas mais eficazes foram as CLTs, instituídas pelo governo Vargas. Estas leis regulamentavam as jornadas, salários e férias dos trabalhadores fabris, urbanos, em especial, nas principais capitais do país (RJ e SP).

Perceber-se que, ainda quando foram criadas leis trabalhistas, estas não se aplicavam aos camponeses do interior do país, longe das grandes cidades. Apesar de sua maioria numérica até 1950, os trabalhadores rurais permaneciam desprotegidos pelas leis, vulneráveis aos arbítrios dos grandes proprietários de terra, elite agrária brasileira. Neste sentido, é importante ressaltar que, ainda na metade do século XX, a economia nacional era de base agrária, apesar dos avanços na modernização e industrialização do país.

A questão agrária e o abandono da população rural é um dos problemas social e político desde o período imperial, mas que foi, por muito tempo, negligenciado e reprimido. No entanto, a polarização partidária, que abalou a política brasileira no período democrático (1945 - 1964), abriu espaço para as manifestações rurais serem evidenciadas. Assim, na década de 1950 foram criadas as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião,

dentre uma série de movimentos insurgentes dos trabalhadores do campo. As ligas camponesas defendiam a redistribuição de terras e a reforma agrária, bem como a implantação de infra-estrutura nas zonas rurais e leis protetoras do trabalho no campo.

Renunciando os desmandos de poder dos grandes proprietários, esses movimentos conseguiram apoio, principalmente, no conjunto de reformas sociais do governo de João Goulart, porém, não foram silenciadas junto do golpe que depôs o presidente. Mais recentemente, o Movimento dos Sem Terras - MST - reiniciou os movimentos rurais pela redistribuição das terras, em especial, as que mantêm-se sem uso ou improdutivas. Entretanto, pouco se avançou em relação a pauta dos camponeses, que permanecem em situação vulnerável e sem a proteção da lei, cujo trabalho ainda carece de regulamentação justa e fiscalização.

Questão 2:

Portugal, pioneiro das grandes navegações europeias, em menos de um século conquistou e ocupou terras de diferentes continentes, como Ásia, África e América, criando um verdadeiro império marítimo. Iniciando-se com a conquista de Ceuta, em 1415, e terminando com a posse tomada de posse oficial do Brasil, em 1500, a coroa portuguesa consagrou sua importância comercial no mundo para o Velho mundo.

Durante a exploração das costas da África, em especial, a África Ocidental, os portugueses construíram portos, fortalezas e feitorias, além de criarem boas relações comerciais com os povos e nações do litoral atlântico. Em tais relações, os portugueses ~~eram~~ trocavam ~~entre~~ metais e outras mercadorias por marfim, temperos e, principalmente, escravos, dentre outros. O comércio de escravos era feito por intermédio de negociantes africanos, que vendiam escravizados de guerras e de outras etnias capturadas. Esta atividade econômica era, inicialmente, fiscalizada e controlada pela coroa lusa, mas, conforme este comércio se expandia, particulares passaram a realizar o tráfico de africanos.

O objetivo do tráfico negreiro, a partir do século XVII, era alimentar as fazendas de cana-de-açúcar no Brasil de mão-de-obra escrava. Com a restrição da utilização do trabalho indígena forçado, e o ~~exercício~~

~~to da~~ a valorização do açúcar no mercado europeu, a administração portuguesa reproduziu o modelo de engenho de açúcar ~~das~~ implantados anteriormente nas ilhas do Atlântico, Ilha da Madeira e de São Tomé, que já funcionavam com o emprego da mão de obra escrava africana.

Com a expansão da escravidão africana para outras partes da América, o comércio de negros escravos ficou ainda mais lucrativo para Portugal. Isso porque, possuindo o monopólio sobre as rotas marítimas do ~~o~~ Atlântico Sul, era o reino luso que fornecia os escravos para a América espanhola e para a inglesa.

Tendo como ~~plata~~ principal porto de saída de escravos na África o porto de Angola, negros de origem bantu, sudanesa (iorubás) e muçulmanos (malês) eram ~~transportados~~ nos chamados navios negreiros, também conhecidos por tumbeiros, amontoados e em difíceis condições de viagem para os portos da Bahia e do Rio de Janeiro. Desse locais, os escravizados eram leiloados e vendidos em feiras para trabalharem na fazenda e comércio colonial, ou eram transportados para portos da América Central e do norte.

Questão 3:

A apresentação do tema "cultura e movimentos sociais no Brasil, entre os anos 1945 e 1964" para as turmas de educação básica na disciplina de História deve, antes mesmo de um recorte temático mais específico, se calizar na sucessão de fases da política brasileira e período tratado, caracterizando-o. Assim, deve-se afirmar a turbulência e polarização partidária que o chamado "Período democrático" inaugurou no Brasil. Reflexo de um contexto mundial de Guerra Fria, os discursos políticos e partidários do país dividiram-se entre esquerdas e direitas, adotando as teorias políticas e econômicas importadas para as demandas e realidades socioeconômicas nacionais. Essas conexões com outros "capítulos" da história do Brasil e do mundo são fundamentais para que os estudantes tenham noção de continuidade.

Introduzido o assunto a partir de seu contexto, o professor poderá orientar sua aula a partir de recortes temáticos sobre o assunto. A possibilidade tradicional é apresentar os movimentos de esquerda, socialistas, comunistas, anarquistas, trabalhistas, operário, estudantil, etc., atuantes no período. Tais movimentos representaram, sem distinção por demandas mais específicas, como a negra, a da mulher ou dos trabalhadores do campo, a população pobre, marginalizada, sem representatividade política e, em sua maioria,

que ~~não~~ possuíam direito de voto. Esses movimentos, organizados em partidos a partir de 1945, faziam frente a permanente elitização das instâncias políticas.

Outra possibilidade de abordagem temo-
tica pode ser feita no estudo dos movimen-
tos do campo, que, sendo de variadas natu-
rezas e frequentes desde o início da repú-
blica, apenas unificam e organizam-se
politicamente nas décadas de 1950 e 1960.
Neste caso, é importante destacar a conti-
nuidade dessas manifestações e pautas ain-
da nos dias atuais, marcando um proble-
ma não superado e paralizado por interesses
políticos permanentes das elites do campo.
Esta abordagem humaniza e cria novas pers-
pectivas para se pensar o MST e outras associa-
ções de trabalhadores camponeses no Brasil.

Ainda, é possível guiar a aula dos mo-
vimentos sociais no Brasil para as manifes-
tações negras. Nas décadas de 1950 e 1960,
marcados pela pobreza, marginalização e
subemprego, os homens e mulheres negros
desenvolveram formas de solidariedade e
representação cultural em clubes, asso-
ciações recreativas, rodas de samba, tex-
teiros etc., que permaneciam na periferia
das grandes cidades, identificados como
uma subcultura. Esses movimentos culturais
criaram verdadeiros laços de apoio e auxí-
lio, ausentes nos ou limitados nas ações
governamentais.

As formas de manifestação negras mais

ativas politicamente estavam ainda subordinadas a antiga Frente Negra Brasileira-FNB, de tendências integralistas, ou aos partidos de esquerda, em especial, os que representavam os interesses do operariado carioca. Isso porque, o período abordado impedia a iníria ainda organizações ~~comp~~ de interesses de minorias sociais, como a questão negra/prodescendente ou indígena. No entanto, homens e mulheres negros foram os principais líderes e agitadores sindicais em muitas profissões.

Por fim, qualquer que seja a aula ou abordagem escolhida, a conclusão da aula deve evidenciar as expressões da resistência popular e minoritária, diante do abandono e ausência de participação política oficial (voto) mantido por parte do governo. Ainda, que o contexto foi fundamental para que esses movimentos viessem para a superfície, como resultado da contínua insatisfação popular ativa e não apática.